

**BIONDI, Karina**, *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*, São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2010, 245pp.

Eduardo Dullo  
Doutorando – PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

### **Do nominalismo à transcendência em uma antropologia política do PCC<sup>1</sup>**

Até o ano de 2006, quando rebeliões ocorreram simultaneamente em diversos presídios e os atentados contra o “sistema” ganharam as ruas da cidade, o Primeiro Comando da Capital (PCC) era desconhecido para a maioria da população de São Paulo. Daquele acontecimento até o ano corrente, o nosso conhecimento ficou bastante limitado às informações divulgadas pela mídia e pelo Estado. O livro de Karina Biondi vem mudar este cenário.

Resultado de sua dissertação de mestrado no recentemente criado PPGAS da Universidade Federal de São Carlos, o livro foi publicado pela coleção Antropologia Hoje. A escolha não poderia ser mais condizente com o título da coleção, pois é um livro integralmente comprometido com os recentes desenvolvimentos da antropologia praticada no Brasil e é uma excelente porta de entrada para uma parcela do debate contemporâneo.

A leitura que ofereço nesta resenha pretende, portanto, partir de algumas linhas de discussão teórica que estão presentes no texto; centralmente, discutirei a presença e/ou a preeminência de: 1. nominalismo, 2. etnografia e 3. internalismo (explicarei adiante o uso deste termo), e como sua conjunção impõe rigorosas condições às afirmações dos autores.

O nominalismo é explicitado como referência na primeira citação feita pela autora, logo em sua Introdução (p. 33): um aforismo de Nietzsche (influenciado pela filosofia de Leibniz) em que nos fala que “todo conceito nasce por igualação do não-igual”. Sua questão deriva de sua aproximação teórica com algumas linhas antropológicas que se posicionam em direção contrária às existências de grupos com identidades definidas (pp. 52-55). Biondi nos mostra, desde o início do texto, portanto, como está sintonizada com essas teorias e, ao mesmo tempo, disposta a enfrentar os problemas que elas trazem. Sua saída, no caso sob análise, não poderia ser a afirmação de que aquela coletividade não existe ou que ela não é “localizável” (p. 53), já que os sujeitos da pesquisa eram bastante enfáticos quanto ao pertencimento ao *Comando*. Entretanto, Biondi percebe que o PCC pode estar presente mesmo onde não estão seus membros: como entre os jovens da Fundação Casa (antiga Febem) ou nas ruas das cidades onde -a *disciplina* do PCC-se faz presente. A autora faz, então, um deslocamento da atribuição da semelhança, da “igualação do não-igual”, para a fala nativa e por meio dos termos/conceitos deles: “meus interlocutores dizem fazer parte da mesma *caminhada*” (p. 33); é assim que ela começa a utilizar os termos “presos”, “prisioneiros” e “irmãos” (os membros *batizados*).

A “etnografia” (termo utilizado no subtítulo do livro) insere-se não apenas na longa tradição que faz uso do trabalho de campo como método de coleta de dados para a produção da narrativa monográfica, como também num debate mais recente em que se postula o fim da etnografia num cenário global e sua insuficiência para a compreensão de fenômenos que não estão restritos ao (nível) local – resultando, por exemplo, na proposta da “etnografia multissituada”; nesse sentido, a autora aposta na força e na rentabilidade da etnografia para a afirmação e a construção de seu trabalho. É relevante para a compreensão do livro o fato de o trabalho ter-se originado de uma relação pessoal com a situa-

ção que veio a pesquisar: a antropóloga era visita (problematizado nas páginas 44 a 51) de um preso que aguardava julgamento em um Centro de Detenção Provisória (CDP). Seus cinco anos de árduo trabalho de campo nos mostram a intensidade de seu conhecimento do tema e, parece-me, é este o motivo do brilhantismo presente em sua Introdução, capaz de inserir o leitor na posição em que a pesquisadora se encontrava no momento da etnografia. Apesar disto, como veremos adiante, a obediência a este primado da etnografia, quando associado ao internalismo de que falarei agora, pode suscitar algumas limitações analíticas e a necessidade de manter as afirmações próximas do ponto de vista dos sujeitos – ou, ao menos, remetidas a uma perspectiva circunscrita.

A terceira linha que identifico como presente e exigente na produção do conhecimento da autora é a que chamei, de maneira bastante rudimentar, de internalismo. O termo, certamente problemático devido às mais diversas apropriações que possui, visa apenas enfatizar que a autora evita utilizar “explicações externas às práticas verificadas no trabalho de campo” (p. 55). As suas descrições buscam evidenciar como esses sujeitos mobilizam-se no cotidiano, como compreendem o mundo no qual estão inseridos, suas angústias, seus enfrentamentos. Esta postura vem associada ao primado da etnografia na produção dos dados pois, seja para oferecer uma narrativa de acontecimentos, seja para explicações de suas práticas, ela necessita ter acesso ao que esses sujeitos fazem e/ou pensam sobre o que fazem. É por esta razão que ela faz questão de mostrar os limites de sua abordagem: sua pesquisa de campo ficou restrita aos CDPs (p. 79), no caso das situações de reclusão, e ao *mundão*, como quando acompanhou uma manifestação até Brasília com familiares de presos.

Por que estou levantando estes pontos? Por pensar que a associação das três linhas permite a riqueza do texto e que, apesar da dificuldade de uma mulher etnografar uma situação de reclusão masculina, ela o faz, e

o faz com maestria. Seu cuidado em utilizar a linguagem nativa (e o livro conta com um glossário) nos permite compreender as práticas nativas a partir de suas próprias maneiras de pensar, sendo a leitura acessível mesmo para quem não possui uma sólida formação antropológica. Porém, estas mesmas linhas são bastante rigorosas nas permissões concedidas aos autores que as utilizam. Quero chamar a atenção, portanto, para alguns deslizes e como eles foram produzidos a partir das questões colocadas pela autora e de sua empatia crítica com essas linhas teóricas.

O livro está organizado em Introdução e mais quatro capítulos substanciais, fechando com uma breve consideração final. Na Introdução, como dissemos, a autora nos apresenta uma visita “exemplar”, insere-nos em campo de forma brilhante, como já afirmei. Faz ainda uma discussão sobre algumas de suas referências teóricas (como Latour, Strathern, Wagner, Deleuze & Guattari), especialmente no tocante ao conceito de “sociedade” como uma transcendência que existe *a priori* determinando as práticas dos sujeitos.

No capítulo 1, “O PCC”, aprendemos sobre o seu surgimento e o seu aparecimento para além dos muros e das grades, bem como sobre seus ideais e parte de seu funcionamento. A versão que se consolidou foi a de que ele surgiu, em 1993, “por ocasião de um jogo de futebol [...] no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, considerada uma das mais rígidas instituições carcerárias do país”, logo após uma briga entre os times, que resultou na morte de dois presos. Assim, “firmaram um pacto no qual a punição de um dos integrantes do time enfrentaria a reação de todos os demais” (p. 70). Este “pacto” de união ganhou, em pouco tempo, novos adeptos e um estatuto que visava estabelecer uma resistência aos maus-tratos oriundos da instituição e dos próprios presos: “para muitos presos como o fim de um tempo no qual imperava uma guerra de todos contra todos, onde a ordem vigente era ‘cada um por si’ e ‘o mais forte vence’” (p. 71).

Após as diversas rebeliões ocorridas e a sua projeção na mídia, vários intelectuais e acadêmicos foram convocados a falar do fenômeno e a explicá-lo. Dois importantes pesquisadores fizeram uma afirmação em um dossiê sobre “Crime Organizado” que, parece-me, está numa posição teórica bastante afastada da antropologia praticada por Biondi. No texto, citado pela autora, eles (Adorno e Salla) afirmam que “sua [dos membros do PCC] concepção de sociedade é tosca, fundada na lealdade entre ‘irmãos’ e na concepção do social como família extensa” (p. 77). O cuidado antropológico da autora, preocupada em levar a sério as concepções nativas, não permitiu chamar esses enunciados de “toscos” nem deixar de lado as afirmações feitas pelos presos sobre o que são as relações sociais que travam cotidianamente. É por esta razão que intitulei esta resenha de *uma antropologia política do PCC*: trata-se de observar as relações eminentemente micropolíticas tecidas por eles com a administração prisional (de resistência e confronto) e entre eles (de tensão entre a hierarquia e o ideal de igualdade).

As relações entre os presos, nos CDPs – chamados de *faculdades* por serem locais heterogêneos em sua composição, “capazes de abrigar, ao mesmo tempo, presos que estão em seus primeiros dias de privação de liberdade e aqueles que já cumpriram mais de uma década de pena” (p. 80) – são marcadas pelo início do exercício do poder de uns sobre outros, em processos de subjetivação que visam formar esse membro como um *ladrão* ou como um *irmão* que foi *batizado* após ser considerado de *respeito* e de ter ganho *reconhecimento* (p. 100-101). Adquirir todas essas qualidades – que podem ser sumariadas no par humildade-cabulosidade, em que Biondi segue a dissertação de Adalton Marques – faz com que exista um compromisso deste sujeito com o *ideal de igualdade*. Sobre que é este *ideal de igualdade* e em qual escala ele se situa não nos é facilitado o entendimento. Mantendo a expressão nativa em suas frases e explicações, a autora não faz uma exegese do termo: contradição de es-

calas que pode ser apreendida nas páginas 101 a 103, nas tensões deste ideal com a diferença entre os presos *batizados* e os não *batizados*, isto é, entre *irmãos* e *primos*.

Esta tensão entre igualdade e diferença não é a única, pois a ela se soma a tensão entre igualdade e hierarquia, entre a “disposição” em agir *de igual* para com os outros membros e a tentativa de alguns deles de dirigir, autorizar, comandar ou liderar as ações de outros tantos. É esta tensão que fica evidente no segundo capítulo, “A política nas Faculdades”. Anteriormente, os fundadores eram líderes e impunham suas vontades. Esse cenário, de acordo com um dos antigos líderes, mudou (cf. p. 106, nota 99) e o “movimento de dissolução da hierarquia foi reforçado pela incorporação de *Igualdade* ao lema *Paz, Justiça e Liberdade*” (p. 107). A tensão é explicitada etnograficamente a partir da apresentação das “posições políticas” existentes nos presídios e na formação do PCC: a *faxina*, os *pilotos*, as *torres*.

As posições não são vitalícias: são exercícios de poder, emergências de hierarquias que são dissolvidas e suprimidas constantemente, com alta transitoriedade de ocupantes. Os que estão na *faxina* são intermediários entre o Estado/instituição penitenciária e os presos, pessoas responsáveis pela limpeza e pela ordem. Os *pilotos* são porta-vozes (p. 110) eleitos (p. 115) de pequenos setores dentro da prisão, com a responsabilidade de orientar e dirigir as ações dos presos e representar seus interesses nas negociações (p. 121). Eles existem em várias escalas: *pilotos* do raio, do setor e do presídio. As *torres*, por outro lado, são descritas como impessoais e coletivas. Elas “são as posições políticas das quais partem diretrizes, comunicados e recomendações do Partido para todas as suas unidades, os chamados *salves*” (p. 123). Aqui, faço questão de chamar a atenção para um ponto que, parece-me, foge ao controle das linhas teóricas que apontei no início: a autora, preocupada com descrições etnográficas e em fazer uma análise internalista, não teve acesso a nenhuma

das *torres* durante sua pesquisa de mestrado (p. 123). Suas afirmações sobre esta posição política, uma das fontes de tensão hierárquica, são limitadas ao que os *irmãos* diziam sobre ela. Ou seja, as *torres* aparecem como impessoais e coletivas para os irmãos que estão engajados na afirmação do *ideal de igualdade* para um dos polos da tensão. O equívoco da autora, neste ponto, foi não afirmar que esta é uma perspectiva de parte do PCC, tomando-a como uma posição que realmente existiria *per se* com tais características. Essa generalização de uma perspectiva encontra desenvolvimento no capítulo 4, do qual falarei em breve.

O capítulo 3, “A política da imanência”, visa, por meio de descrições de ações perpetradas pelos presos, demonstrar a fluidez e a imprevisibilidade de seus atos coordenados. A argumentação volta-se, nesse sentido, para a questão do “Crime Organizado”, com duas definições apresentadas: uma, a da Convenção de Palermo (da qual o Brasil é signatário), apresenta uma definição que não é contestada pela autora e que, de acordo com sua etnografia, o PCC seria considerado “Crime Organizado”; outra, de um pesquisador do tema, é contra-argumentada pela autora, mostrando claramente as razões de sua não adequação (pp. 158-160). Porém, posteriormente aos dados sobre os “acazos” e “improvisos”, a autora afirma que se está distante “do que se entende por ‘organização’” (p. 170). Não é possível compreender se a “organização” a que a autora faz referência é uma das duas concepções apresentadas anteriormente ou se é no sentido de “bem organizado”.

O quarto e último capítulo, “A política da transcendência”, retoma a questão colocada na Introdução: “anunciei que não tomaria a existência do PCC como *a priori*, como uma totalidade coesa e estável ou como uma força que molda os indivíduos que a integram. [...] [P]rocuerei realizar uma descrição que não precisasse recorrer a qualquer coisa que fosse exterior ao que era vivido por meus interlocutores” (p. 191). Entretanto, como vimos, a autora faz afirmações sobre as *torres*, posições

políticas às quais não teve acesso, e é dessas afirmações que emerge a noção de um PCC-transcendência: “Tudo se passa como se uma força não identificável e não localizável fosse responsável pela tarefa específica de conduzir o modo de operação ou de exercício dos poderes que circulam nas prisões” (pp. 123-124), em que o *irmão* é “apenas um representante e operador do PCC, cuja existência aparece como autônoma, independente da atuação de seus membros” (p. 139).

Sua afirmação de que pretendia mostrar a construção de uma transcendência por meio de uma antropologia imanentista (p. 57) não é falsa, mas é relevante acrescentar uma ênfase em sua frase: “deixei de atribuir ao PCC, *de início*, um caráter transcendente” (p. 191, ênfase acrescentada). Com isso, desejo chamar a atenção para o fato de que as descrições feitas por Biondi são magistrais até um determinado ponto, até descolarem-se da perspectiva dos sujeitos sob análise e assumirem a existência de “uma figura autônoma” (p. 192) que ela chamou de “transcendência”. O emprego deste conceito, entretanto, não é usual. Há duas menções ao termo no livro: a primeira é ao conceito de sociedade criticado por Toren e Strathern (na Introdução) e a segunda é feita no último capítulo em uma citação de Deleuze e Guattari (p. 194). A autora afirma que não está seguindo nenhum conceito específico, mas que realiza uma “torção” de maneira a “considerar a possibilidade da existência da transcendência na imanência” (p. 195). O conceito resultante, entretanto, não é explicitado em lugar algum e fica-se apenas com a assertiva de ele descrever uma entidade “capaz de atuar de modo autônomo e independente aos que dela participam, mas cuja existência se dá graças a esses participantes que a produzem” (p. 196).

Considerando as percepções de que as *torres* são impessoais e coletivas, a autora parte para uma demonstração da “desindividualização” necessária para a “construção da transcendência” (pp. 197-209). Sua argumentação, como o leitor já terá percebido se tiver passado por todos os

capítulos, é bastante rápida e precisa e, neste ponto, não foge à regra. Entretanto, como venho questionando: será que tal percepção (“nenhuma iniciativa pode ser tomada se não for em nome do PCC, com sua autorização ou conforme suas orientações. Não se esperam autorizações de pessoas, mas do Comando. Decerto existem pessoas que operam essa máquina, mas são necessariamente anônimas” – p. 204) não é resultante de uma impossibilidade etnográfica associada ao que chamei de internalismo? E, mais, será que esse anonimato não será dissolvido – ao invés do indivíduo – quando se tiver acesso etnográfico a ele? Não teremos feito, no decorrer do livro, uma passagem do nominalismo à transcendência por meio da antropologia política do PCC?

## Nota

<sup>1</sup> Seguirei o uso da autora quanto aos termos nativos em itálico.

